

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Chicão da Silveira – PDT.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado MassamyEda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Chicão da Silveira – PDT;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputada Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Chico Guerra – PROS;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaías Maia – PRB.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaías Maia – PRB;
Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Chico Guerra – PROS;
Deputado Izaías Maia – PRB;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Massamy Eda – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Chicão da Silveira – PDT;
Deputado Ângela Águia Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águia Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado MassamyEda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado MassamyEda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingú – PSL; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB.
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaías Maia – PRB.

Suplentes:

1º - Deputado Chico Guerra - PROS; e
2º - Deputado Chicão da Silveira – PDT.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Errata da Resolução nº 015/2015 - DGP 02
- Resolução Administrativa nº 006/16 02

Atas Plenárias

- Ata da 2469ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

Das Comissões

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final - Edital de Convocação nº 002/2016 08

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
ERRATA:

RETIFICAMOS, na seção Atos Administrativo – Resolução da Mesa – referente à Resolução nº 015/2015, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2010 de 04 de março de 2015, devido à incorreção do nome a ser sanada.

Onde se lê:

“Art. 1º - **EXONERAR** os servidores listados no anexo desta Resolução, a partir de 30 de janeiro de 2015, onde exerceram Cargos Commissionados, integrantes do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

| ORD | MAT | NOME | CARGO |
|-----|-------|------------------------------------|---------------------------|
| | 16218 | KARLA KAMILA DIAS DE SOUZA CRUZ DO | Assistente Parlamentar IV |

Leia-se:

“Art. 1º - **EXONERAR** os servidores listados no anexo desta Resolução, a partir de 30 de janeiro de 2015, onde exerceram Cargos Commissionados, integrantes do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

| ORD | MAT | NOME | CARGO |
|-----|-------|---|---------------------------|
| | 16218 | KARLA KAMILA DIAS DE SOUZA CRUZ DO NASCIMENTO | Assistente Parlamentar IV |

Palácio Antônio Martins, 19 de fevereiro de 2016.

Deputado Jalsler Renier Padilha
 Presidente
Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
 1º Secretário
Deputado Marcelo Mota de Macedo
 2º Secretário

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS
RESOLUÇÃO Nº 006/2016

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZARo afastamentodo servidor **IKARO BEZERRA CARVALHO DA COSTA SANTOS** para viajar com destino a cidade de São Paulo no período de 22.02a 26.02.2016, com a finalidade Participar do curso **INTEGRADOR DE SISTEMAS PREDIAL** a ser realizado pela empresa **AURESIDE**.

Palácio Antônio Martins, 17 fevereiro de 2016

Deputado JALSER RENIER PADILHA
 Presidente
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
 1º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
 2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2469ª SESSÃO, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2015.
50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= **ORDINÁRIA** =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas do dia vinte e três de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima sexagésima nona Sessão Ordinária do quinquagésimo Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Coloco em discussão a

Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, não há Expediente para ser lido.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, há dois oradores inscritos: Deputado Brito Bezerra e Deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Senhor Presidente, o que me traz hoje a esta Tribuna é a discussão do orçamento, que acredito ser de suma importância para nosso Estado. Deputado Xingú, estes dias aqui da Tribuna desta Casa, Deputado Chagas, pediram, inclusive para Vossa Excelência para que, desta Tribuna, pautasse os projetos de importância para o Estado, pautasse os projetos do governo para que pudéssemos avançar e votar, aprovar ou não. Isso é um parlamento e a democracia reina, e alguns projetos do governo foram votados. Deputado George Melo, Vossa Excelência, como líder do bloco, vários projetos importantes do governo ainda estão para serem apreciados por esta Casa Legislativa, eu quero dizer para Vossas Excelências que os projetos estão prontos para votação, prontos para irem ao Plenário. Em relação a esses projetos, gostaria, até, respondendo aos Deputados Chagas e Xingú que, pela terceira vez, eu formalizo a Mesa desta Casa, solicitando a inclusão desses projetos em pauta, não só de forma formal, mas também em conversa com o Senhor Presidente e demais Deputados. Projetos como a desafetação das aeronaves que o governo hoje paga hangar onde essas aeronaves ficam, nós precisamos desafetar para dar condições ao governo fazer leilão e abrir um procedimento para que possamos comerciar essas aeronaves que hoje só trazem gastos para o governo do Estado; projeto tributário de suma importância, acredito, que Vossa Excelência possa pôr em pauta, projeto que diz respeito ao ICMS, como consumidores do Estado de Roraima, compramos produtos nos Estados da Federação, mas o ICMS fica em outros Estados, não fica aqui em Roraima, precisamos regulamentar, acredito que esse projeto seja de suma importância, e precisamos votar; a criação de alguns cargos para que possamos acomodar a equipe que trabalha no Zoneamento Econômico e Ecológico. Todos nós sabemos da importância do Zoneamento para nosso Estado, sabemos que, sem o setor produtivo forte, sem que haja o Zoneamento Ecológico aprovado, Deputado Gabriel, nós não temos os direitos nos avanços de código florestal. Sem o Zoneamento Econômico e Ecológico, nós não conseguimos os benefícios do código florestal, que é utilizar 50% das nossas terras para que nós possamos ter um setor produtivo forte, nós queremos aqui aprovar também, a parceira pública e privado para que possamos, já que o Estado não tem condições de bancar todas as estruturas, fazer parceira pública e privado com outro Estado da Federação, enfim, são projetos importantes para os quais peço de Vossas Excelências uma atenção especial, que entrem em pauta e possamos discutir sem levar em conta políticas partidárias nem desentendimentos possíveis no quadro político, que nós pensemos no Estado, e não no governo, que possamos usar nossa consciência política que, certamente, é uma consciência política aguçada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa aqui, estou como Deputado e também como Líder do Governo nesta Casa Legislativa, pedindo de Vossa Excelência, que pautem os projetos importantes para nosso Estado, projetos esses enviados pela Governadora Suely e enviado pela Casa Civil, independentes de resultados, nós precisamos votar e cada Deputado usa sua consciência. E agora quero avançar no estudo da peça orçamentária. Senhor Presidente, nós tivemos um ano difícil, o ano de 2015 foi muito difícil, trabalhamos com poucos recursos, mesmo assim tudo que a governadora empenhou, ela pagou, nós tivemos avanço no nosso governo, mesmo com o orçamento apertado, mesmo com o financeiro apertado, nós tivemos avanços importantes. A Governadora Suely inclusive pagou folha de pagamento de governo anterior de 2014, a governadora honrou esse compromisso, a governadora vem assumindo vários compromissos de outros governos, porque é compromisso de Estado e vem honrando, está operacionalizando um orçamento feito no governo anterior, votado nesta Casa. Agora, desenhamos um orçamento para que, no ano de 2016, possamos trabalhar com orçamento do nosso governo, do nosso Estado junto com Vossas Excelências, mas definindo, é claro, as prioridades do governo do povo, esse orçamento veio para esta

Casa, ele está sendo consumido pelos poderes, Senhor Presidente, aqui não podemos ser demagogos, da mesma forma que o Deputado Chagas pediu para colocar os projetos do governo em pauta, e o Deputado Xingú usou a tribuna, pedindo que colocasse os projetos em pauta, eu estou pedindo, novamente, de Vossa Excelência, pela terceira vez, de forma formal, e da mesma forma que o Deputado Xingú, ontem, falou sobre a questão do orçamento, que o Estado não tem recursos, que o Estado não vai pagar os PCCRs, aqui aprovados, que são Estados que não têm condições de manter a estrutura, onde o orçamento é deficitário, porque o governo não mandou um orçamento estudado. Eu quero dizer pra Vossa Excelência, então, vamos trabalhar junto e fazer um orçamento que dê possibilidade do governo do Estado atender as demandas do nosso povo. Nós não podemos, Senhor Presidente, ter na Secretaria de Estado de Agricultura um orçamento proposto de 62 milhões para um Estado, onde todos nós, quando pegamos o microfone, quando temos oportunidade de conversar com as pessoas, com os produtores, falamos que a vocação do nosso Estado é o setor produtivo. Precisamos produzir, gerar empregos, gerar renda e para isso a única saída é através do setor produtivo. E nós, temos aqui, Senhor Presidente, 62 milhões de reais para Secretaria de agricultura; temos aqui também, 100 milhões para o SETRABES que faz um trabalho social magnífico, que atende as pessoas, uma das camadas mais carentes da sociedade que é tratada pela Secretaria de Bem-Estar Social, mas os poderes com sua voracidade querem consumir, e quero pedir a Vossa Excelência e demais Deputados, tenho essa coragem e falo aqui, em nome das pessoas que me elegeram, das pessoas deste Estado que confiam em mim que nós não podemos aumentar esses recursos, é inadmissível que a gente mande mais 15 milhões para o Tribunal de Contas do Estado, a gente deixa o Estado desabastecido, acho inadmissível isso, e mandarmos 29 milhões para o Tribunal de Justiça. Eu acho, se tivermos recursos no nosso orçamento, se a economia melhorar e se o quadro não for caótico que aí tiver, o Presidente do Tribunal de Justiça vai com a Governadora, se houver recursos, nós mandamos porque sabemos que a justiça é essencial. Mas, não podemos aumentar esse duodécimo de ofício tendo conhecimento e a consciência de que o orçamento é deficitário, portanto não vamos poder atender todas as demandas do nosso Estado. Os poderes estão crescendo muitos recursos. Eu estou pedindo para Vossas Excelências, não estou aqui criticando poder nenhum, sei que eles querem melhorar sua estrutura. Estou querendo que Vossas Excelências usem a consciência política para trabalharmos um orçamento justo, porque não foi só a Governadora Suely Campos, não foi só o Deputado Brito Bezerra, o Deputado Gabriel, a Deputada Aurelina, Deputada Lenir que, quando chegou na Casa das pessoas disse que estaria na Assembleia trabalhando para ter uma produção melhorar, escorar a produção, quando tiver um ente seu no hospital, não falte medicamento, uma melhor escola para o seu filho. E, nós sabemos, temos consciência que só podemos fazer isso se tiver orçamento. E como vamos pegar de um orçamento deficitário com um quadro futuro caótico, como que estamos aí vendo que vai acontecer e transferir o pouco que tem para os poderes, não podemos fazer isso. Até podemos porque a Assembleia Legislativa tem esse poder, mas não devemos. Estou hoje, aqui, nesta Tribuna apelando para a consciência de vocês e dando a minha cara à tapa. E dizendo que eu tenho certeza que os Presidentes dos Poderes irão entender o meu pronunciamento. Da mesma forma estou garantindo que, a partir de um orçamento melhor, a economia se restabelecendo, a Governadora estará de portas abertas para conversar e suplementar esses poderes no que for necessário. O que não podemos é matar a vaca, matar o estado, não deixar que dê leite. Se nós transferirmos partes do bolo orçamentário para os poderes, não vamos ter condições de cumprir os nossos compromissos de campanha, digo nossos, não só da Governadora Suely, do ex-Governador Neudo, da Deputada Aurelina, mas de todos nós que temos compromissos de campanha. E o Governo que é o Governo do Povo é de todos nós. Todos nós sonhamos com um estado forte que possa progredir e que as pessoas tenham melhor qualidade de vida. Esse é o meu pleito, que usemos a nossa consciência política, que estudemos melhora peça orçamentária se desprendendo das questões partidárias e pensando na qualidade de vida do povo roraimense.

Deputado Xingú, eu vou permitir um aparte a Vossa Excelência, depois do Deputado George e da Deputada Aurelina que solicitaram primeiro.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Deputado Brito, este ano foi extremamente difícil, o estado não teve condição nenhuma de investir na nossa economia. Passamos o ano com problemas na saúde, com pontes caídas, com problemas na educação, passamos um ano difícil e é de conhecimento de todos, nós respiramos graças a benevolência dos Poderes, pois faz quatro meses que os poderes acordam com a Governadora, reduzem o repasse, esperam o repasse no mês seguinte. E os Poderes foram parceiros da Governadora neste ano.

Eu tenho certeza de que não tem como sairmos do mês de dezembro de um valor de duodécimo que não se conseguiu pagar em dezembro, como iremos crescer em janeiro 1/3 a mais de duodécimo. Então, nós cobramos justiça, nós cobramos atuação parlamentar, nós cobramos a Defensoria, mas a gente volta os olhos para o Estado, sabemos que é um esforço de todos nós. Sabemos que, como os Poderes passaram quase cinco meses seguidos ajudando o Governo, os Poderes serão parceiros porque eles também pensam no crescimento do estado. Então, faço o apelo juntamente com Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua - Quero complementar o aparte de Vossa Excelência, dizendo que, em relação ao duodécimo dos Poderes, sempre a Governadora trabalhou para mandar em dias e tivemos a parceria dos Poderes até hoje. As contas do Governo não foram bloqueadas porque a Governadora não quis repassar o duodécimo e sim para que pudesse usar outros recursos para poder honrar o duodécimo. Não tem recursos e, se acrescermos, nós temos a consciência que iremos inviabilizar o Estado.

Deputado Xingú, concedo um aparte para Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** - Deputado Brito, concordo em parte com o seu pronunciamento, mas queria lembrar a Vossa Excelência que a prerrogativa para dizer para onde vão os recursos é do Legislativo, e não do Executivo. Essa é uma previsão legal. Outra coisa que eu queria lembrar a Vossa Excelência, que estamos nas vésperas do Natal e, amanhã à noite, os funcionários deste Poder, pela primeira vez na sua história, poderão estar sem o seu salário na conta, inclusive, os Deputados. Só queria dizer a Vossa Excelência que quando o homem começa a abrir mão de tudo começa a ficar perigoso. Não está se falando em briga ou em racha, mas o Poder Legislativo não pode ser refém de chantagem. Se não votarem processo A ou B não mandamos o duodécimo. Esse é um processo muito perigoso. E isso está acontecendo na prática. Parece-me que, se colocarmos todos os projetos do Governo para votar, o duodécimo desta Casa vai cair. Já pensou, seu João de Carvalho, termos que votar todos os meses os projetos de interesse do Governo para recebermos nossos salários? Esse é um questionamento muito perigoso que temos que fazer, porque é o entendimento que eu estou tendo. Vossa Excelência falou da parceria pública e privada que é um processo de alta complexidade, Vossa Excelência falou de outros projetos que são complexos e pediu urgência para serem votados. E entendi que se votarmos tudo está resolvido. Então, a prerrogativa do duodécimo é legal, as prerrogativas dos poderes estão acima dos embates políticos. Não podemos misturar isso, concordo que muita coisa precisa ser revista. Mas, o posicionamento de Vossa Excelência é coerente em vir aqui defender os interesses do Governo, e está fazendo o seu dever de ofício. Nós não podemos crucificar os Poderes em função de atender os interesses do Governo, acho que deve ser de forma equilibrada, onde não haja vencido nem vencedores, onde todos possam ganhar. Agora, condicionar o duodécimo em votar esse ou aquele projeto, o Deputado Xingú é extremamente contra.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua - Obrigado, Deputado Xingú. Eu quero dizer mais uma vez para Vossa Excelência. Eu disse aqui que a Assembleia pode e eu entendo que nós temos que ter autonomia não só de votar o orçamento, mas também de manejar recursos. Eu volto a dizer que a Assembleia pode, eu disse que não deve porque nós temos que estudar melhor o orçamento porque estamos sendo incoerentes nas falas. O que deve acontecer nas votações, como nos bastidores é incoerente com as falas.

Eu quero dizer para Vossa Excelência que nós não podemos confundir Governo com Estado. Eu não estou aqui, neste momento, defendendo somente os interesses do Governo; eu estou defendendo os interesses do Estado. Quando eu falo na Secretaria de Estado Bem-Estar Social porque, de lá, milhares e milhares de pessoas recebem o crédito social e precisam daquela secretaria. Lá tem atendimento para os deficientes. Enfim, lá são atendidas muitas pessoas. Eu defendo aqui o interesse do agricultor, quando eu falo que só tem 62 milhões para a agricultura, enquanto tem poderes com 200 milhões de reais. Quero dizer para Vossa Excelência também que, o que está proposto aqui, inclusive por Vossa Excelência, que é o relator do orçamento, em votar uma emenda com três por cento de remanejamento engessa o Governo. Como é que nós vamos remanejar o que não tem. O orçamento já está diminuído. E se nós ainda engessarmos o que não avança é inviabilizarmos o Estado através do Governo. Nós inviabilizamos o Estado através do Governo. E essa prática não é uma prática salutar. E aqui não tem história de condicionar o Poder Executivo, Deputado Jorge Everton. Aqui não é o Poder Executivo! Eu não estou aqui condicionando a nada. O duodécimo tem que vir é lei e é dos poderes. E o que for aprovado nesta Casa, se for 10 se for 20 se for 30, se for 50 tem que vir. Nós aprovamos e o Governo tem que cumprir.

Eu não estou dizendo que está condicionado a nada e jamais farei isso porque eu tenho, inclusive, formação em direito. Jamais faria isso!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Deputado Brito, só para, rapidamente, esclarecer a Vossa Excelência com relação ao Projeto da Tributação do ICMS de empresas que não possuem sede aqui em Roraima. Vossa Excelência sabe que eu fui o relator desse projeto, quando ele veio para a Casa de forma errada, porque o Governo mandou equivocadamente, através de Lei Ordinária. E que foi solicitado que mudasse a forma do projeto, então, o projeto voltaria para o Executivo e viesse da forma correta, porque é uma Lei Complementar, em virtude de uma mudança no código tributário, que também é uma Lei Complementar. Então, a Lei Complementar não pode ser modificada por uma Lei Ordinária. E esse trâmite está sendo seguido. E somente ontem eu tive acesso ao processo para eu fazer o meu relatório. E eu trago para Vossa Excelência uma preocupação que o Sindicato Nacional das Telefônicas entrou em contato com o meu gabinete, informando que o Sindicato da Telefonia aqui em Roraima é um dos maiores do Brasil, de 42%. Eu não sei se Vossa Excelência tem conhecimento que com esse projeto nós vamos aumentar a tributação da telefonia. Ou seja, nós teremos para Roraima uma tarifação maior do que nos outros estados brasileiros. Essa é uma preocupação. E eu vou incluir no relatório essas informações. Então, não está sendo feito nada para atrapalhar. Pelo contrário, nosso objetivo é valorizar os empresários da terra. É isso que eu tenho brigado, inclusive, para que o Governo do Povo dê atenção aos empresários da terra; não traga empresários de fora. E esse ICMS, sendo cobrado, vai fazer com que o produto daqui tenha uma concorrência com o produto que está chegando mais barato. Essa é a nossa preocupação com relação à telefonia. E podem ter certeza que no prazo regimental nós estaremos apresentando o relatório.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Perfeito, Deputado George, e eu agradeço essa discussão. Eu peço a Vossa Excelência, Deputado Jalsler, conceder um minuto para o Deputado Dhiego, e eu concluo.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Deputado Brito, até pelo estresse desta Casa e pela ausência de convergência que nós estamos encontrando, eu vou conceder um minuto para o aparteante e aí Vossa Excelência tem trinta segundos para concluir a sua fala que eu vou cumprir religiosamente. A partir de agora, um minuto para o aparteante.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Muito Obrigado! É só para ativar a memória do Deputado Xingú, que falou que amanhã é natal e que pela primeira vez no Legislativo os funcionários da Assembleia e os Deputados vão ficar sem o salário do mês de dezembro. É só para lembrá-lo ele que nós estamos completando ano que todos os funcionários do Poder Legislativo estão sem receber o salário de dezembro. Então, Deputado Xingú, não é o primeiro natal que eles vão passar sem o salário não! É o segundo natal. Aqui tem funcionários, pais de família que tiveram que fazer empréstimo para pagar cartão de crédito, pagar parcela de carro ou de moto, água, luz, telefone. Tem gente que está pagando o mínimo do seu cartão, até hoje, esperando o pagamento do mês de dezembro do ano passado. Então, só para lembrar e ficar registrado que em 2014 os funcionários desta Casa passaram o natal sem dinheiro. Então, fica só esse registro aí e, resumindo, existem muitas prioridades do que os funcionários. Parece que aqui os funcionários ficam por último. O que sobrar vai ser para os funcionários. Funcionário aqui parece que não tem conta para pagar. Que fique registrado isso aqui.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Complementando o que disse Vossa Excelência, nos anos anteriores no Governo Anchieta ele mandava o duodécimo quando queria para esta Casa e aos demais poderes.

E eu quero aqui voltar e colocar o meu apelo também para Vossa Excelência, Senhor Presidente, que nós possamos estudar melhor o orçamento e votar uma peça orçamentária voltada para o povo deste Estado. Muito Obrigado!

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Passo a palavra à Deputada Aurelina Medeiros, com o tempo de 20 minutos.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, acabei de vir da SEFAZ, onde deixei os documentos que eu poderia estar apresentando aqui, não está muito clara a questão do repasse. Não está muito clara a questão do repasse dos poderes, eu sei que teve a determinação do TJ para repassar o duodécimo dos poderes, e esse duodécimo foi repassado. O que ocorre, é que está dependendo do TJ porque o Estado teve todas as contas bloqueadas pelo Governo Federal. Eu acabei de vir da SEFAZ, nós temos cerca de 15 a 20 convênios federais que estão dependendo de prestação de contas ou de devolução de recursos, e com isso, o Governo Federal bloqueou todas as contas do Estado, mesmo o repasse que foi determinado pela

justiça, não tem dinheiro na conta do Estado para mandar. Então, o problema é maior do que a gente pensa, e ontem à noite o Ministro do TSF Lenvandowik concedeu uma liminar aos Estados de Roraima, Alagoas e Rondônia, desbloqueando as contas desses Estados, pois estava impedindo aos Estados trabalharem, e que também foram prestações de contas que foram deixadas de serem feitas nas gestões passadas, e que não caberia agora, no governo atual, até porque não foram eles que deixaram de pagar. Então, conseguiram, ontem à noite a liminar. O dinheiro está lá. O TJ libera agora, eu acabei de vir de lá, o TJ já ligou para o Secretário, e estariam liberando agora, não é que o dinheiro não esteja lá, as contas do Estado estão zeradas por determinação do Governo Federal. Eu vou mandar buscar, pois esqueci em cima da mesa a relação de todas as pendências que fizeram com que a justiça bloqueasse as contas do Estado. Agora, já cabe ao TJ, por decisão da liminar concedida, o desbloqueio dos repasses. O que impediu o repasse foi o bloqueio do Governo Federal, mas acabou de ser liberado. Então, eu ia dar essas informações e não vou falar o que o Deputado Brito falou. Ontem o Deputado Jalsler Renier disse que a Assembleia Legislativa tem sido benevolente. Os poderes são independentes, isso a gente sabe que são! A Assembleia sempre foi parceira, não está aqui para caçar bruxas, ou alguém. O apelo que fazemos... nós últimos 4 meses, os poderes deixavam para receber o duodécimo no mês seguinte, pelo dia 30 devido à redução de repasse de recursos para o Estado de Roraima. Então, a gente sabe que a Assembleia, como poder independente, não tem que ser benevolente não! Ela tem é que... agora temos uma responsabilidade muito grande. Eu estou fazendo um apelo para nos atermos a essas questões, com benevolência e pé no chão e com a responsabilidade que é devida ao Poder Legislativo. Muito obrigada!

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Esta Presidência esclarece aos Senhores Deputados, que, principalmente, aqueles que não estão bem informados, que, em nenhum momento, esta Presidência, no exercício pleno de sua função, desde que assumi o comando desta Casa, eu não atrasei nenhum salário dos servidores. Na minha gestão não atrasou nenhum salário de servidor. Se algum Deputado não tiver a informação completa tenha ciência que nunca atrasei pagamento de salário de funcionário. Por duas vezes, este Poder entrou com mandato de segurança por ausência de duodécimo, que foi reintegrado automaticamente. Pela primeira vez na história do parlamento, um Presidente paga o 13º salário no dia 5 de dezembro. Nenhum servidor público do Poder Legislativo, nem de gabinete de Deputado ficou sem receber seus 13º, entrei com mandato de segurança há dois dias no Tribunal de Justiça e, ontem, conversando com o Presidente da instituição fui informado o bloqueio das contas que devem estar sendo restabelecidas nas contas da Assembleia no dia de hoje, através de medida judicial. Quero dizer aos Deputados desinformados que respondo apenas pela minha gestão. Com relação a salários pendentes da gestão passada, eu resolvi avocar para mim, pois tinha uma pendência de onze milhões e meio, referente ao mês de dezembro do ano passado, que não foi cumprido devido a falta de repasse por parte do Governo passado para a Assembleia, na presidência do Deputado Chico Guerra. Mas, nem por isso, me esquivar da responsabilidade, e dos onze milhões e meio só faltam pagar quatro milhões e meio que são os salários grandiosos de servidores, acima de quatro mil reais aqui dentro. Vamos pagar na gestão do ano que vem. Então, que fique registrado que respondo pelos atos praticados na minha gestão. E na minha gestão não houve atrasos, nem de salários nem de 13º salário.

Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda Constitucional nº 001/15, que adita e altera dispositivos normativos ao texto constitucional vigente, de autoria do deputado Chico Guerra e vários outros; Projeto de Lei Complementar nº 011/15, que amplia o número de vagas em cargos de provimento efetivo e comissionado, altera os anexos F e G e acrescenta o anexo H à lei complementar nº 227, de 04 de agosto de 2014, que “Dispõe sobre a organização do quadro de pessoal e o plano de carreira de servidores do Poder Judiciário de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima; Projeto de Lei Complementar nº 014/15, que “Altera e acresce dispositivos normativos na Lei Complementar nº 239, de 15 de setembro de 2011, que dispõe sobre a instituição da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão – FUNDALEGIS, vinculada à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora; Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 079/15, que “Autoriza o Tribunal de Contas do Estado de Roraima – TCE, a doar bens móveis considerados ociosos, inservíveis e antieconômicos, de autoria do tribunal de contas do Estado de Roraima”; Projeto de Resolução Legislativa nº 020/15, que “Altera a Resolução nº 039/03, que instituiu

o Fundo Especial do Poder Legislativo – FUNESPLE, e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 061/15, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 2016”, de autoria do Poder Executivo. Projeto de Resolução Legislativa 021/15 que “Dispõe sobre a realização de eventos de caráter social, cultural e festivo no âmbito da Assembleia Legislativa Estado e dá outras providências”.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões Mistas de Orçamentos, conduzidas pelo Presidente Coronel Chagas, possam emitir parecer sobre a peça orçamentária, bem como às Emendas. E, em seguida, retomaremos ao Plenário, e vamos pedir ao Deputado Líder do Governo que envie os Requerimentos com alguns Projetos Pendentes, para que a Mesa possa analisar e submeter ao Plenário.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Solicito à assessoria para trazer a peça orçamentária.

Convido os Senhores Deputados Naldo da Loteria e Marcelo Cabral para assumirem seus lugares à Mesa dos trabalhos.

Convido os Senhores Deputados Ângela Portella, Aurelina de Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Deputado Zé Galeto para tomarem assento ao Plenário.

Quero pedir, esclarecer aos eminentes Deputados que estou há 20 anos aqui nesta Casa, e nunca me deparei com um momento tão difícil como este que estamos atravessando, talvez pela razão de não ser a primeira vez que o Governo tem uma Assembleia divergente, até porque no primeiro ano do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, tinha apenas 11 Deputados. O Deputado Chico Guerra foi Constituinte e sabe das discussões que tinha na época em que o Brigadeiro Ottomar era vivo e assumiu o governo em 1990, durante a implantação da Assembleia. Então, a única coisa que eu quero pedir aos Senhores Deputados, quando começamos discutir o orçamento, é respeito entre os colegas tanto da base do governo, como da oposição. Acho que o respeito está acima de qualquer interesse. Eu acho que a boa relação está acima de qualquer situação pela qual passa um Estado e um país. A única coisa que eu gostaria de pedir aos colegas de trabalho é respeito mútuo entre cada companheiro. Cada Deputado tem o direito de usar o regimento, de usar da palavra, de dar seu voto, de obstruir a votação, de fazer aquilo que é regimental e legal. O que precisamos é evoluir para a votação, porque é inconcebível estarmos aqui sem que a sociedade tome conhecimento do que será o orçamento e de como estará disponível para o ano que vem.

Então, queremos aqui pedir aos senhores Deputados a pacificação em nome da boa relação desta Casa.

Projeto de Resolução Legislativa nº 021/15, que “Dispõe sobre a realização de eventos de caráter social e efetivo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima”, de autoria da Mesa Diretora.

Estamos apenas normatizando para efeitos dos Senhores Deputados os eventos que o Poder Legislativo aprecia, através da ESCOLEGIS, do CHAME e de outros projetos como CINE/ALE, acho que isso é uma unanimidade entre os colegas, mas, ainda assim, vou pedir que o Primeiro-Secretário faça a leitura apenas do voto para que possamos evoluir para a votação.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, gostaria que, logo após Vossa Excelência solicitar a leitura desse Projeto, de fazer algumas colocações que precisavam ser feitas no início da Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Sem problemas, mas Vossa Excelência me permite pelo menos analisar esta matéria de interesse da Assembleia? Eu acho que tem uma unanimidade, a não ser que os colegas queiram deixar para o ano que vem.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Tranquilo, Senhor Presidente, não há nada contra da nossa parte.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – Lido o Parecer ao Projeto de Resolução Legislativa nº 021/15.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovado.

Temos também aqui uma emenda que altera a Resolução 039/03, que “Institui o Fundo Especial do Poder Legislativo”. A

Assembleia não dispõe de um fundo e estamos apenas criando esse fundo. Imagino também há uma unanimidade dos colegas.

Existe um fundo, mas não tem nenhuma movimentação, ele precisa ter agilidade para movimentação.

Pergunto aos Senhores Deputados se posso colocá-lo para votação?

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do relatório ao Projeto de Resolução Legislativa nº 020/15, para que possa evoluir para votação.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – Lido o Relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão à matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos para votação simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado.

Deputado Mecias de Jesus, Vossa Excelência agora tem a palavra, pois vamos entrar em votação do Orçamento.

A proposta à emenda que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 2016.

Peço aos colegas que não interrompam o colega quando estiver falando, para não haver nenhuma discussão em algo que nós prezamos, que é a democracia e o direito de cada parlamentar de fazer o uso da palavra.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** - Senhor Presidente, pela manhã foi um verdadeiro imbróglgio nesta Casa em função do não entendimento regimental, quando o líder do G14 se apropriou do poder de presidente permanente e solicitou a retirada da Comissão Mista de Orçamento de dois membros, Deputados Dhiego Coelho e Ângela Portella. O Deputado Dhiego foi eleito pela Comissão de Orçamento, portanto ele tinha mandato. A Deputada Ângela foi indicada pelo presidente de comissão permanente. O direito de indicar membros para Comissão Mista de Orçamento é dos presidentes de comissão permanente, e não dos líderes dos blocos. Portanto, agiu erroneamente, acatado por Vossa Excelência o líder do G14. O ato foi consumado quando Vossa Excelência aceitou e publicou no diário da Assembleia Legislativa essas mudanças.

Entreguei, pela manhã, a Vossa Excelência dois requerimentos. Pedi que Vossa Excelência fizesse a leitura, mas o Senhor não o fez.

Quero, então, com a devida vênia de todos os colegas, fazer a leitura e entregar mais uma vez a Vossa Excelência.

Os Deputados que a esse subscrevem, em conformidade com o artigo 194, Inciso IV, artigos 30 e 31 combinados com o artigo 113, parágrafo VIII, todos do Regimento Interno, vêm expor e requerer a Vossa Excelência o que segue:

No dia 22 de dezembro do corrente ano, o líder do Bloco G14, Deputado George Melo, protocolou Requerimento à Presidência da Casa Legislativa, comunicando que os Deputados Ângela A. Portella e Dhiego Coelho não fazem mais parte do bloco parlamentar, bem como, solicitando providências necessárias quanto à substituição dos mesmos nas comissões permanentes, reservados ao bloco G14 para os Deputados Naldo da Loteria e Zé Galeto. Assim como indicando para nomeação imediata o nome do Deputado Naldo da Loteria para comissão Orçamento e Fiscalização Financeira, Tributação e Controle, na qualidade de membro permanente, invocando para isso o artigo 51 e seus parágrafos do Regimento Interno.

Ocorre, para o caso em questão, a saída dos Deputados Ângela e Dhiego do Bloco G14, que acarreta uma modificação na composição numérica dos blocos parlamentares, o que implica necessariamente na revisão da representação das bancadas ou dos blocos nas comissões para fins de redistribuições dos lugares. Consoante o princípio da proporcionalidade partidária e o teor dos dispostos do parágrafo 8º do artigo 113 do Regimento Interno deste Poder. Outrossim, apresentação proporcional das bancadas ou dos blocos parlamentares devem ser assegurados na constituição das comissões, que os seus membros deverão ser indicados pelos líderes das bancadas ou dos blocos parlamentares e designados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, tudo em conformidade com o disposto no artigo 30 e 31 do regimento interno.

Pelo exposto, solicitamos a Vossa Excelência que, com a saída dos Deputados Ângela e Dhiego Coelho, de forma incorreta, diga-se de passagem, seja revista a representação das bancadas ou dos blocos parlamentares para fins de redistribuição dos lugares, bem como a indicação dos membros na comissão seja realizada pelos líderes de bancada ou dos blocos parlamentares em estrita obediência ao previsto no artigo 30 e 31, e 113 do Regimento Interno e ao Princípio da Legalidade.

Assim, portanto Presidente, a Comissão Mista de Orçamento votou o orçamento pela manhã ou pela tarde, se não me engano, cometeu um engano, um ato inválido porque votou com dois membros que não

pertenciam à Comissão Mista de Orçamento.

Portanto, estamos requerendo a Vossa Excelência a anulação da votação da Comissão de Orçamento. Informo agora a Vossa Excelência, através do Ofício 123, cujo teor vou ler: Cumprimentando, informo a Vossa Excelência, que os Deputados Ângela A. Portella e Dhiego Coelho passam a fazer parte deste bloco partidário, de conformidade com o parágrafo 3º, do artigo 113 do Regimento Interno. Dessa forma, solicitamos de Vossa Excelência as devidas providências quanto à composição das comissões permanentes, obedecidas as proporcionalidades de acordo com o artigo 31, bem como o parágrafo 8º do artigo 113 do Regimento Interno. Deputado Mecias de Jesus, líder do Bloco.

Senhor presidente, finalizo, reiterando a Vossa Excelência que a votação feita pela Comissão Mista de Orçamento, no nosso atendimento, ocorreu de forma irregular. Ela não tinha maioria para fazer, mas mesmo assim o fez, baseada em documento invalidado porque não preencheu os requisitos do Regimento Interno. Eles não foram indicados pelos Presidentes de Comissão Mista de Orçamento, como manda o Regimento Interno. Se assim ocorrer, é desnecessário que os presidentes de Comissão indiquem qualquer membro, porque a Deputada Ângela, como Presidente de Comissão, tinha indicado a ela mesma e ao Deputado Dhiego Coelho, mas só quem poderia substituí-los seriam os próprios presidentes de Comissão. Este é o Requerimento que faço a Vossa Excelência e passo às mãos de Vossa Excelência os documentos que acabo de ler.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em resposta ao documento do Deputado Mecias, eu já dei ciência. Nossa assessoria já deu ciência também e eu já dei o recebido. Já foi dado o recebido e já foi entregue a Vossa Excelência. Doutor João, por favor, dê o recebido e entregue, eu mesmo assino.

Senhor Presidente; Senhor Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Chagas; Senhor líder do bloco, Deputado Mecias de Jesus, gostaria de responder às indagações apresentadas pelo Deputado Mecias em cima do Regimento Interno. Primeiro, compete ao Presidente da Assembleia Legislativa, regimentalmente, fazê-lo de ofício ou em ato discricionário, acatar qualquer pedido do líder de bloco parlamentar quando um Deputado ou Deputada desfilia-se do bloco partidário, isso está no parágrafo 3º do artigo 51 do Regimento Interno desta Casa Legislativa. O Artigo 51 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa enfatiza e diz que a vaga na Comissão verificar-se-á por renúncia, perda do lugar, cassação de mandato, por opção ou desfiliação de bloco pelo qual foi feita a indicação. Isso aqui é o artigo 51 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Eu quero dizer que quando o líder do bloco enviou para esta presidência o pedido de desfiliação dos Deputados aliados ao bloco G15 e passou a ser G13, eu acatei baseado no parágrafo 3º do artigo 51 do Regimento Interno desta Assembleia, coloquei a decisão que competiu a mim. Publiquei no Diário Oficial. A ata foi lida hoje pela manhã e os Senhores Deputados, por unanimidade, aprovaram a Ata, inclusive, o Deputado autor do Requerimento, Deputado Mecias de Jesus. A Ata deveria ser questionada a partir do momento em que ela deveria ser lida. Quando os Deputados... O Requerimento de Vossa Excelência deveria ter sido apresentado antes da leitura da Ata, o que não ocorreu. Então, ficou comprometida a leitura do Requerimento de Vossa Excelência, mas, ainda assim, pedi para que a Assessoria Legislativa da Casa, no prazo de 48 horas, que é o artigo 2, parágrafo 1º, do artigo 51, que fala que nós temos o prazo de até 48 horas para a publicação. Então, estamos cumprindo o que diz o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Então, em nenhum momento, esta Casa prevaricou nesta questão, mas qualquer Deputado que se sinta lesado no seu direito tem dois recursos. Primeiro: o Plenário, porque ele é soberano e decide os atos praticados pelos próprios Deputados e pelos atos praticados pelo próprio Presidente. Segundo, tem a opção judicial, que é, através de um mandado de segurança, para tentar reformular uma decisão do colegiado. Então, na verdade, existem dois pontos que os Deputados podem fazê-lo. Quero dizer que o Requerimento do Deputado Mecias vai ser publicado no diário Oficial, vai ser analisado *a posteriori*, mas não neste momento, pois há uma perda de objeto, porque o levantamento, apresentado pelo eminente parlamentar, deveria ter sido feito no momento da leitura da ata, que foi anunciada pelo Senhor Segundo-Secretário. Então, esta é a resposta.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu vou procurar ser breve. Nós vimos, há vinte dias, que o presidente da Comissão de Ética do Senado Federal, tinha confiança no bloco e ele deixou de ter a confiança, tanto ele como o líder, e foram substituídos, não teve nenhuma ação judicial. O PMDB trocou os dois nomes, e substituiu, por quê? Porque ele não representava mais

a liderança do bloco. Simetricamente, está sendo trazido para a Câmara Estadual, pois se um Deputado não está votando, está obstruindo as votações de interesse do G14, ele não pode ficar no Grupo G14, foi por isso que nós tomamos essa decisão. Então, isso é democrático, faz parte do processo democrático e nós estamos agindo de forma correta, ninguém questionou, como Vossa Excelência acabou de falar na hora de ler a Ata. Então, o ato está convalidado e quero deixar isso registrado nesta tarde. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Obrigado pela benevolência. Quero avocar a Questão de Ordem do artigo 155, combinado com 130, Senhor Presidente. No mesmo sentido do Deputado Mecias de Jesus, quero apresentar um Requerimento a Vossa Excelência. Gostaria, por gentileza, que Vossa Excelência desse um recebido neste momento, e gostaria, também, ler, uma vez que se trata de um requerimento assinado por 10 Deputados, pedindo a Vossa Excelência que retire da Ordem do Dia a Lei Orçamentária. Posso fazer a leitura, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Gostaria que Vossa Excelência me desse o direito de lê-lo, até porque o Regimento Interno me faculta tal direito.

Não só vou ler, como vou colocar o seu Requerimento em votação, para que esta Casa fique mais democrática, ainda.

Diz assim o Requerimento: O parlamentar que a este subscreve, com amparo na alínea C, do inciso II, do parágrafo 9º, do artigo 149, do Regimento Interno desta Casa, requer a retirada da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 061/15, que “Estima receita e fixa despesas do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 2016”, de autoria do Poder Executivo. O presente pedido se baseia no fato, de que a atual composição da Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle, se deu de forma ilegal, obtida em face do atendimento ao ofício número tal, da lavra do Deputado George Melo, líder do Bloco G14, o qual comunicou a alteração em seu bloco e requereu a substituição dos Deputados Ângela Águia e Dhiego Coelho pelos Parlamentares Naldo da Loteria e José Galeto, ou seja, com a exclusão de dois Deputados e a nomeação de dois Deputados, sem a observação dos artigos 30, 31, combinados com o artigo 113, parágrafo 8º, todos do Regimento Interno vigente. Está em discussão o seu Requerimento.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Então, nós requeremos de Vossa Excelência que retire da Ordem do Dia a Lei Orçamentária por conter vícios de formalidade na Comissão Mista de Orçamento. Nós, na mesma linha do Deputado Mecias, entendemos que a Comissão original foi alterada ao bel-prazer, sem nenhum amparo legal de um líder de bloco indicar membro de uma comissão a qual não compete ao líder, e sim ao presidente da comissão. Nós, enquanto presidente de Comissão, recebemos um ofício baseado no regimento com o prazo de dez dias, pelo qual onde cada presidente de Comissão Permanente indicaria dois membros para compor a Comissão, e essa comissão se pendurou durante quase dois meses com várias reuniões, com a participação e fomos surpreendidos na última hora com a inclusão de dois nomes, indicados por todas as letras, de maneira oficial, por um Líder de Bloco. E aí abriu um precedente enorme para o G3, o bloquinho como assim foi apelidado, indicar quantos quisesse ou o G8. Então, não é assim, temos que obedecer o Regimento. Então, solicito a Vossa Excelência, conforme o artigo 149 do Regimento Interno diz que Vossa Excelência pode inverter a Ordem do Dia, incluir ou retirar matérias. Portanto, requeiro de Vossa Excelência que submeta ao Plenário se acata ou não o nosso Requerimento.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Eu estou consultando o técnico Legislativo, eu não sei se é o artigo 194 ou o 196 que faculta a decisão do Plenário. É o artigo 196 do regimento Interno: serão escritos e dependerão de deliberação imediata do Plenário os requerimentos não especificados neste Regimento e que solicitem. Então, baseado neste artigo, irei submeter ao Plenário o requerimento do Deputado Soldado Sampaio, retirando a peça orçamentária de votação em razão dos nomes que foram substituídos pelo bloco G14 que substituiu os Deputados Ângela Portella, Zé Galeto e Dhiego Coelho. Vou colocar o Requerimento em votação nominal.

Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** – Eu entendo que o Requerimento perdeu o objeto, Senhor Presidente, porque o Líder do Governo e o Líder do G3 pediram para que fosse votada a indicação do Deputado Zé Galeto. Foi feita essa votação, essa votação estava empatada, foi preciso o presidente votar, e quando ele divulgou o seu voto a oposição saiu. Eu pedi para constar em Ata que o Deputado Mecias de Jesus não estava no Plenário, e se ele não estivesse daria empate à votação, o que ocorreu. Portanto, esse Requerimento perdeu o objeto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Deputado Chico, Vossa Excelência está 100% certo, mas, ainda assim, baseado no artigo 196, vou submeter o Requerimento ao Plenário.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu só queria pedir, que Vossa Excelência especificasse os casos em que o Requerimento é submetido ao Plenário.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Deputada Aurelina, consta no inciso VI do artigo 196 do Regimento Interno, que é a retirada da Ordem do Dia que está sendo solicitada no Requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Dos dois Requerimentos que foram apresentados, o primeiro deveria ter sido feito após a leitura da Ata, quando foi lida a Ata da Sessão ainda não tinha havido nenhuma reunião, e na reunião lá de cima não houve leitura de Ata. E essa seria a justificativa do Requerimento anterior.

O Segundo, se formos buscar no Regimento, são os Presidentes de Comissões que indicam os membros das Comissões Mistas, e não são blocos. São os Presidentes das Comissões Permanentes que indicam os membros das Comissões Mistas ou eu desaprendi. E no momento em que foram indicados os membros da Comissão Mista, a Deputada Ângela era Presidente de Comissão, como também o Deputado Dhiego era Presidente de Comissão. A indicação foi feita no momento em que eles eram Presidentes de Comissão, e o Regimento assim pede, mas, não vou me ater a ler todos. E outra, as Comissões Permanentes são indicadas pelo Presidente, é o Presidente que nomeia. Agora, há uma eleição do Presidente de cada Comissão com um mandato de dois anos. É o que diz o Regimento. Queria que a gente atentasse para isso. Para se ter uma noção, o próprio pluripartidarismo que prega o Regimento é que deve ser observado na formação das Comissões. Temos uma Comissão Temporária de Orçamento, não é mista, composta por sete Deputados, sendo cinco da base do G14 e só dois da base do outro bloco. Quando houve a mudança, certamente, o nosso bloco aumentou, quer dizer, o ofício de direito que retirou, teria que dar o direito de indicar outros membros pelo outro que aumentou ou não. Mesmo que ele não tivesse direito, já estaria errado. Mas, não adianta ficarmos discutindo muito essas questões, porque certamente é como Vossa Excelência colocou no início: nós temos a opção de aceitar ou judicializar. Então são esses os caminhos que vão ser colocados aí, e que vão ocorrer.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Perfeitamente, Deputada Aurelina. Com relação à indagação de Vossa Excelência, respondo, baseado no artigo 31, que enfrenta a divergência que Vossa Excelência apresentou, então o artigo 31 diz o seguinte: "Na constituição das Comissões, é assegurada a representação proporcional das bancadas ou dos blocos parlamentares". Agora o artigo 30: "os membros das Comissões são designados pelo Presidente da Assembleia, por indicação dos líderes das bancadas ou dos blocos parlamentares". Não fala dos Presidentes de Comissões.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede uma Questão de Ordem - Presidente, por favor procure o Dr. João, ele deve saber qual é o artigo, sem ser no artigo 30, que diz sobre as indicações dos membros da Comissão mista, pois, a Comissão Mista é diferente de Comissão Permanente. Comissão Permanente não obedeceu ao que o senhor leu aí. O senhor leu exatamente o que eu disse. O artigo da Comissão mista não é esse, é outro.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Deputada Aurelina, aqui, no artigo 30 universaliza as Comissões, ele fala tanto das mistas como das Permanentes. Isso é o que diz o artigo 30.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede uma Questão de Ordem - Senhor Presidente, gostaria apenas dizer que estou na Comissão de Orçamento desde o início deste ano, testemunhei nas últimas semanas diversas medidas protelatórias por parte da base do governo no sentido de não votar a peça orçamentária, porque foram apresentadas emendas, com as quais o governo não concorda, e eles tentaram empurrar, acredito, para que não seja votado ainda este ano e o governo abra o orçamento baseado no orçamento de 2015, que vai prejudicar todos os poderes. O Requerimento de agora é apenas mais uma medida protelatória dentro dessa estratégia para não se votar este ano o orçamento. Isso está bem claro, está bem claro o objetivo em impedir a votação, e isso Vossa Excelência tem que impedir. Acredito que Vossa Excelência tem que aplicar o Regimento e consultar o Plenário com relação a esses Requerimentos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Continua em discussão o Requerimento. Os Deputados que votarem sim, estarão acatando o Requerimento do Deputado Sampaio e, com isso, estarão retirando a peça orçamentária da pauta da Ordem do Dia. E votando não, os Deputados estarão rejeitando o Requerimento do Deputado Sampaio, o que incidirá na votação da Peça Orçamentária ainda hoje. Eu ainda não coloquei em

votação. Deputado Mecias, qual é a sua Questão de Ordem?

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem - Vossa Excelência citou o artigo 51 que diz: a vaga na comissão verificar-se-á por renúncia, perda do lugar, cassação do mandato por opção ou desfiliação partidária. Não foi nenhum dos casos do Deputado Dhiego ou da Deputada Ângela, eles não se desfilaram, não fizeram por opção e não tiveram seus mandatos cassados. Portanto, o líder do G-14 não poderia lhes retirar o mandato na comissão em hipótese alguma. O artigo 30 que Vossa Excelência citou diz: os membros das comissões são designados pelos líderes de bancadas. Eles foram indicados lá atrás, não foi agora. Eles foram eleitos, Senhor Presidente, eles têm um mandato para ser cumprido. Se eles cometeram algum ato falho teriam que ter sido comunicados para que pudessem se defender, não pode ser um bate e volta sem nenhum procedimento regimental. Portanto, o nosso requerimento, que foi feito de forma atropelatória, e não da forma como estão dizendo, quer dizer, fizemos para fazer manobras. Pelo contrário, nós queremos votar o Orçamento e Vossa Excelência sabe que queremos, o que não queremos é votar o Orçamento da forma como está crescendo para o Poder Executivo são mais de oitenta milhões de reais de orçamento para os Poderes. O Poder Executivo hoje não tem condições de repassar quarenta e dois milhões de duodécimo e com a proposta que está sendo feita pelos Deputados vai passar para cinquenta e dois milhões. De onde o governo vai tirar esse dinheiro? Vai fazer milagre? Disseram aqui que a Governadora Suely está atrasando o duodécimo, já os Governadores Anchieta e Chico atrasaram a vida toda, hoje a bancada que está contra a Governadora era a favor do Anchieta e nunca disse nada. A Governadora Suely encontrou o Estado endividado, cheio de problemas, tudo um caos, e querem colocar na conta dela uma dívida que ela não tem obrigação de pagar, pelo menos da forma como estão colocando. Portanto, o bom senso indica que este Orçamento seja feito para o povo e não para o Poder Legislativo, para o Poder Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Ministério Público de Contas e Defensoria Pública. Precisamos investir mais na saúde, na educação, segurança pública, nas estradas, e estamos colocando mais de oitenta milhões só para os Poderes. Isso é inadmissível, Senhor Presidente. Nos últimos 20 anos que Vossa Excelência está nesta Casa e eu também, nunca foi sequer ventilada a possibilidade de uma emenda que algemasse o governo da forma como está sendo feito, dando a ele apenas 3% para remanejamento do Orçamento sem autorização da Assembleia Legislativa. Na realidade, o governo está sendo algemado para que a governadora fique de joelho aos pés da Assembleia Legislativa. Nós não podemos concordar com isso, temos buscado o bom senso e o respeito entre os nossos colegas porque não podemos concordar que uma governadora eleita democraticamente pela vontade do povo de Roraima seja algemada e impedida de governar pelo Poder Legislativo.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Me atento ao princípio da sua fala, quando Vossa Excelência fala que estamos atropelando o Regimento Interno. Vossa Excelência citou os artigos 30 e o 51. O artigo 113, parágrafo 8º diz o seguinte: Dissolvido o bloco parlamentar ou modificada a sua composição numérica, que foi o caso, será revista a representação das bancadas, dos blocos nas comissões para fins de redistribuição de lugares, conforme a proporcionalidade partidária. Existe um bloco de 13, e outro de 11. O governo nunca terá a maioria se existe um bloco de 13 e outro de 11, se a comissão é mista é óbvio que vai obedecer a proporcionalidade.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem - Era exatamente este artigo que eu queria que Vossa Excelência lesse. Solicitei que Vossa Excelência determinasse a revisão, e Vossa Excelência não determinou.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Vossa Excelência tinha o direito de falar na Ata, mas não falou. Vossa Excelência votou favorável à Ata.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem - Se eu votei favorável à Ata foi inconsciente e quero deixar registrado, fiz a reclamação ontem e estou fazendo hoje. Nem no plenário eu estava. Vossa Excelência não pode dizer que eu votei.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem - O meu Requerimento foi baseado no artigo 194, sobre o qual requeiro a Vossa Excelência e não ao plenário. A Vossa Excelência é o 194, se eu quisesse recorrer ao plenário seria o 196. O nosso Requerimento tem o aval do líder do governo e da bancada como um todo, e o artigo é bem claro. Artigo 194: Serão verbais ou escritos e despachados de imediato pelo Presidente os requerimentos que solicite. O que eu requeiro é a Vossa Excelência, ao plenário vou recorrer após o seu posicionamento. Quero saber qual o posicionamento do Presidente da Casa com relação

ao requerimento feito pelo líder do governo e pelo líder dos blocos aqui presentes.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhor Deputado, quero que Vossa Excelência entenda que seu Requerimento já foi prejudicado e já está indeferido por esta Presidência. Agora Vossa Excelência já está avocando o artigo 196 ao plenário.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Não estou avocando o Plenário, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Mas, assim vou fazer, vou fazer com que o plenário decida soberanamente, para que amanhã.....

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Com todo respeito a Vossa Excelência, eu oriento o bloco a se retirar porque já existe uma decisão tomada por Vossa Excelência que indeferiu. Vossa Excelência é um Presidente eleito e tem amparo regimental, não tem mais o que discutir. Cabe a nós requerer ao plenário ou não, mas nós não vamos requerer ao plenário. Acatamos a decisão e Vossa Excelência e orientamos o bloquinho a se retirar porque já existe uma decisão formal do Presidente da Assembleia, embasado no artigo 194 que indefere o nosso requerimento.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente....

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Mecias, o Senhor já falou pela terceira vez, o Senhor sabe que a Questão de Ordem é facultada somente uma vez.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, a Questão de Ordem é facultada quantas vezes se queira, mas Vossa Excelência vai me ouvir, é só um segundo. É só para orientar os membros do nosso bloco para nos retirar do plenário porque, da forma como está sendo conduzido, não é nada regimental nem respeitosa com os nossos membros. Quero orientar os membros para que nos retiremos do plenário, deixar que eles votem a bel-prazer, como queiram fazer.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Brito, o Senhor orienta a bancada da mesma maneira?

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Exatamente, Senhor Presidente. Gostaria de dizer a Vossa Excelência que considero esta Sessão conturbada. Nesta Sessão não chegamos a um entendimento. Sei que no Legislativo é assim, temos que discutir, mas temos que respeitar sobretudo o Regimento Interno desta Casa. Também gostaria de dizer a Vossa Excelência e aos demais Deputados que a consciência política dos Deputados deveria ser argüida, quando aqui vai ser votado um orçamento que inviabiliza o Estado e acresce o duodécimo de todos os Poderes e vai nos permitir e permitir ao governo do Estado judicializar por conta da questão econômica porque não podemos atender essa voracidade dos Poderes e, também, por não atender o Regimento Interno quando foi votado hoje na Comissão de Orçamento. Portanto, Deus abençoe todos nós, um Feliz Natal a todos, um Ano Novo venturoso para todos os membros desta Casa, mas estamos nos retirando desta Sessão. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Quero informar que a Assembleia Legislativa, esta presidência, a Mesa Diretora, bem como todos os Senhores Deputados temos procurado sermos complacentes com todos os Deputados. A Governadora deveria ter pensado muito bem quando ela mandou o PCCR da Secretaria Estadual de Educação sem nenhum impacto financeiro. Isso, sim, é um ato inconstitucional que o Ministério Público deve apresentar. Os PCCRs dos servidores, também outros servidores terão o mesmo direito e que serão impactados pelo ato judicial, e a serem que serão enfrentados no ano que vem. E o Poder Legislativo não se negará a votar nenhum PCCR, porque a Assembleia Legislativa não votará contra qualquer instituição que beneficie a população no seu mais absoluto direito. Cabe ao governo ter a responsabilidade de apresentar com a devida proporção o número e os valores apresentados em documento.

Vou colocar o Requerimento do Deputado Soldado Sampaio em votação. Os Deputados que discordam do Requerimento permaneçam como estão. Em votação.

Dou por rejeitado o Requerimento do Deputado Soldado Sampaio.

Passamos agora para o Orçamento, para a peça orçamentária. Existe uma emenda apresentada pelo Relator. Uma Emenda Modificativa. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Emenda Modificativa.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Emenda Modificativa.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**– Solicito ao Senhor

Deputado Marcelo Cabral para a verificação de quorum para votação da emenda.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral** – Há quorum regimental, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**– Havendo quórum regimental, em votação a emenda. Votando sim os Deputados acatarão a emenda. Votando não, os Deputados rejeitarão a emenda do Relator. A votação será nominal, solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a votação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Procede à chamada nominal para votação.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por aprovada a Emenda Modificativa que dá ao Governo do Estado o limite de até 10% para remanejamento, por 12 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Agora passaremos para a votação da peça orçamentária com todas as emendas de Comissão acordadas para as Instituições, obedecendo a proporcionalidade e as emendas individuais e, também, as emendas coletivas, as chamadas emendas proporcionais.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** que proceda à leitura do Relatório Final ao Projeto de Lei nº 061/15, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 2016.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Relatório Final ao Projeto de Lei nº 061/2015.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**– Em discussão a peça orçamentária. Não havendo quem queira discutir a matéria, segue para a votação. A votação será eletrônica. Votando sim os Deputados aprovarão a peça orçamentária. Votando não rejeitarão a peça orçamentária.

Comunico à equipe da Taquigrafia que registre em Ata a obstrução e a ausência dos senhores Deputados em Plenário. Liberado o Painel para votação.

Dou por aprovada a peça orçamentária que estima a receita e fixa a despesa para o ano de 2016, por 12 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Agradeço imensamente a participação de todos, convidando todos para a festa natalina que o Poder Legislativo fará amanhã no campo do Rei Pelé. Agradeço a evangélica paciência, a sabedoria e a virtude que tiveram os servidores desta Casa, mesmo sem receber seus salários, estão aqui até agora trabalhando e cumprindo seu dever e seu papel de cidadão. Agradeço aos senhores Deputados, dizendo que isso que o Poder Legislativo faz é, sem dúvida alguma, na sua história, um ato de democracia e que seja abençoada a democracia deste Estado e a independência dos Poderes. Agradeço a participação e a presença de todos. Muito obrigado! Boa Noite e está decretado o recesso oficial do parlamento.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra Sessão para o dia 16 de fevereiro de 2016, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 16/02/2016

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Em: 19/02/16

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2016

Convoco os Senhores Deputados Membros desta Comissão: Parlamentares **Jorge Everton**, Vice-Presidente; **Aurelina Medeiros**, **Brito Bezerra**, **Coronel Chagas**, **Lenir Rodrigues**, **Chicão da Silveira** (Membro conforme Resolução nº 002/16), Membros, para reunião **extraordinária** desta Comissão, no dia 22 de fevereiro, do corrente, segunda-feira, às 9h, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, deste Poder, para apreciação e deliberação de Proposições constantes nesta Comissão.

George Melo
 Presidente da Comissão